

1 Ata da 12ª (décima segunda) reunião ordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, realizada nas
2 dependências do Salão de Vidro da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no dia 21 de Dezembro de 2016, com início às
3 19h30min. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, cumprimenta a
4 todos os presentes, e convida dos Conselheiros da Comissão Executiva a tomar assento na Mesa Diretora dos trabalhos.
5 Solicita que os Conselheiros Alexandre e Luiz Fernando Seidl possam mediar a presente reunião. Considerando o baixo
6 quórum embora o horário, nos termos regimentais, já permita o início da reunião, o Vice-Presidente e também Secretário-
7 Executivo do Conselho, Conselheiro Eduardo Golob, sugere inversão da pauta, para que não haja prejuízo de conselheiros que
8 tenham interesse na inscrição em informes e assuntos gerais. Sugere que a reunião inicie-se com a apresentação pendente da
9 Santa Casa, para que enquanto vá ocorrendo a apresentação, os demais conselheiros possam ir chegando a reunião. Colocada
10 em votação, a inversão da pauta é aprovada por unanimidade. Passa-se então a apreciação do sexto item da pauta:
11 Continuação para simples finalização da apresentação (slides) da Santa Casa, que restou pendente na última reunião
12 extraordinária e deliberada para a presente reunião. O relator do item, Dr. José Luiz Pimentel, inicia sua apresentação
13 relembrando que trata-se de apresentação a respeito da produção até o presente momento, e não de uma apresentação do
14 futuro da Santa Casa. Conselheiro Zanzarini diz que seria interessante que, houvesse, quando possível, a apresentação da
15 nova contratualização da Irmandade. Dr. Pimentel confirma que estará à disposição para realizar tal apresentação, mas como
16 até o presente momento a mesma ainda não se concluiu, resta prejudicada a apresentação, sendo esperado que o término da
17 requisição se dê na data de amanhã, 22 de Dezembro de 2016. Dá início então a sua apresentação, demonstrando a
18 pluralidade da demanda operacional do Hospital Santa Casa, englobando todos os serviços, tais como Maternidade, UTI Neo-
19 Natal, UTI Adultos, Cirurgias, Pronto Socorro, Oncologia, Radioterapia, SADT's, dentre outros diversos. Tece breves
20 comentários a respeito de cada serviço desempenhado, demonstrando a taxa de ocupação, por quadrimestre do ano de 2016,
21 atualizado até Novembro de 2016. Fala a respeito dos problemas enfrentados na lavanderia, bem como no primeiro contrato
22 terceirizado realizado, que não fornecia o quantitativo adequado de enxovais conforme previsto contratualmente. Fala a
23 respeito de todos os trâmites que culminaram com a rescisão deste contrato, tendo então na segunda oportunidade sendo
24 contratada a empresa "atmosfera", conhecida e conceituada em seu ramo de mercado, sendo a responsável pelo
25 atendimento de lavanderia de grandes redes hoteleiras em todo o País. Passa a explicar a respeito dos custos do Hospital,
26 compreendidos entre os gastos com folha e encargos, honorários médicos, e outras despesas, informando que atualmente o
27 custo mensal do Hospital representa algo em torno de R\$ 6.000.000,00. Conselheiro Alexandre questiona o motivo pelo qual
28 a Comissão de Contratualização do Conselho não acompanhou a negociação da nova contratualização da Irmandade pós-
29 requisição. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, informa que o
30 processo já está em andamento, com a intenção de finalização até amanhã, caso os requisitos legais estejam cumpridos.
31 Informa que todos os contratos que estavam contratados no CNPJ da Prefeitura, foram gradativamente sendo encerrados até
32 a data limite estipulada para a devolução pós-término da requisição, e se este processo for adiado, haverá um sério problema
33 no que diz respeito ao fornecimento destes insumos, medicamentos, bens e serviços. Relembra que, em um primeiro
34 momento, esta Comissão foi criada para acompanhar o Hospital Santa Lucinda, sendo posteriormente estendida para
35 acompanhamento de todas as contratualizações. Relembra que, antes da requisição, a contratualização até então vigente foi
36 suspensa enquanto perdurasse a requisição, e entendia-se então que, tão logo cessasse a requisição, se restabeleceria de
37 imediato, sem maiores formalidades, apenas checando-se a legalidade pertinente, mas sem alterações consideráveis.
38 Contudo, no andamento, verificou-se que a contratualização daquele momento não contemplava toda a necessidade atual do
39 município, sendo que eventual Termo Aditivo ainda assim não alcançaria o valor de remuneração da contratualização, nos
40 novos moldes. Diz que, com isso, o novo processo da nova contratualização foi aberto somente nesta data, e que amanhã

41 será apensada toda a comprovação da regularidade fiscal da Irmandade, e demais providências legais pertinentes. Diz que,
42 ainda que o Conselho solicite maior prazo para conhecimento, em virtude da necessidade de se formalizar a devolução para a
43 reativação dos contratos de fornecimento já no CNPJ da Irmandade, infelizmente a administração necessitará realizar a
44 formalização do ato, não havendo maiores prazos para discussão. Conselheiro Alexandre diz que tais informações explicam,
45 mas não justificam. Alega que, qualquer que sejam os contratemplos, o Conselho deveria ser chamado e informado, através
46 de sua comissão específica para esta finalidade. Conselheiro Zanzarini relembra do seu papel de conselheiro, e que como tal é
47 presidente da comissão de orçamento e finanças. Fala a respeito das informações prestadas sobre a lavanderia, e que na
48 última sexta feira houve a falta de campo cirúrgico no Hospital Santa Casa. Fala que, novamente, não se demonstra
49 exatamente o número de leitos disponíveis na Santa Casa, e que a apresentação não demonstrou nesta oportunidade, e nem
50 nas anteriores. Diz que, na contratualização de 2013, levou-se em conta o histórico de 01 ano anterior, por média histórica,
51 para se fechar o número de leitos SUS. Fala que, no atual momento, com a proposta de custeio mensal de R\$ 6.000.000,00
52 para a nova contratualização, não se detém a última média histórica de leitos SUS, e que para o período de 01 (um) ano, não
53 há orçamento disponível na CGE, que será integrado ao orçamento da Secretaria da Saúde, para o custeio integral deste
54 período. Dr. Pimentel fala a respeito da lavanderia, dizendo que tal problema relatado foi pontual, uma vez que o contrato
55 iniciou-se em Agosto de 2016, e nesses primeiros meses, a emissão da nota fiscal se deu como locação de enxoval, e não o
56 fornecimento, fato este que resultou em um período de discussão sem que houvesse o pagamento, até regularização, que se
57 deu há pouco, tendo sido a questão sanada, no dia 20 de Novembro, sendo a fatura emitida no dia 02 de Dezembro. Relata
58 que o pagamento de duas das três notas devidas foram pagas há duas semanas atrás, ainda pendente o pagamento da última.
59 Diz que tal situação de negociação e ajuste desencadeou o atraso no pagamento, o que gerou parcial desabastecimento,
60 sendo que este agora já está solucionado. Em relação a contratualização, revela que atualmente já faltam cerca de 200 leitos
61 no município, não sendo possível voltar a cerca de 120 leitos contratualizados com a Santa Casa, e sim manter o quantitativo
62 atual. Relembra que a última pactuação geral ocorreu em 2008, e de lá pra cá, o DRS-XVI não realizou o adequado planejado
63 regional, e a população do município cresceu sem a devida disponibilidade financeira para o investimento adequado em
64 saúde. Conselheiro Zanzarini diz que, nesta noite, existem 32 pessoas aguardando transferência na UPH Zona Norte, e que
65 quando é possível realizar a transferência, esta se dá imediatamente, e por vezes interrompe-se o tratamento antibiótico que
66 o paciente já vinha sendo medicado. Relembra que, enquanto era gestor da UPH Zona Norte, orientava os médicos a não
67 regular para Hospital pacientes que poderiam ter alta, mas que também controlava o número de óbitos, e estes infelizmente
68 também eram altos. Revela as contra-referencias emitidas pelo CHS aos pacientes regulados da UPH Zona Norte, entendendo
69 que tal fato beira o absurdo. Diz torcer para que em uma próxima e futura apresentação da Irmandade os números
70 apresentados sejam mais favoráveis, cessando-se o represamento de pacientes nas UPHs pela falta de vagas do Hospital. Sra.
71 Maria de Jesus, ex-conselheira e munícipe presente a reunião, questiona a respeito da cardiologia, e qual é a média mensal.
72 Dr. Pimentel informa que são cerca de 40 pacientes por mês. Sra. Maria diz entender que este número é relativamente baixo
73 frente a demanda. Fala a respeito do relatado com a empresa da lavanderia, e que não compreende o motivo pelo qual as
74 empresas não são penalizadas pelo descumprimento. Dr. Pimentel diz que, por estes fatos, a empresa foi notificada, advertida
75 e multada. Sra. Maria de Jesus questiona quem é o Presidente da Comissão de Contratualização do Conselho. Relembra que,
76 na época em que a mesma era conselheira, as comissões tinham presidência. Conselheiro Alexandre diz que a comissão não
77 possui presidência, mas a mesma irá se reunir e regulamentar seu funcionamento. Maria de Jesus diz que, mais do que
78 aguardar que a administração convoque a reunião, cabe a reunião fiscalizar e cobrar, e não somente aguardar passivamente.
79 Conselheiro Alexandre diz que a comissão irá acompanhar o desenrolar, e trazer a questão ao conselho. Sra. Maria de Jesus
80 diz que esta situação perdura há anos, e teme por não haver mudança. Sra. Iara Bernardi, vereadora eleita para a próxima

81 gestão da Câmara Municipal, questiona como se dará o encerramento dos contratos da Prefeitura para os fornecimentos da
82 Santa Casa. Questiona, ainda, o motivo pelo qual o Conselho não é informado das ações da saúde pública. O Sr. Presidente do
83 Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, relembra todo o histórico da requisição. Relembra
84 que, no dia 14 de Dezembro, o assunto já foi abordado no Conselho, exatamente com a intenção de se apresentar ao
85 Conselho a respeito de todas as providências que seriam adotadas, gerando surpresa as alegações de que o Conselho não
86 vem sendo informado. Relembra ainda que, somente em Agosto ou Setembro de 2016, foi finalmente dissolvida a antiga
87 diretoria da Santa Casa, e somente após constituída com novos membros, e largamente discutidos no conselho e veiculados
88 em toda a imprensa. Reafirma que, infelizmente, de fato não houve uma reunião com a comissão de acompanhamento de
89 contratualização, mas que cabe ao Conselho fiscalizar, e sem prejuízo de uma normatização e regimento geral que concilie
90 como se darão estas reuniões para todas as reuniões. Conselheiro Alexandro relembra algumas das conquistas desta atual
91 gestão do Conselho, tal como a alteração do regimento, com a eleição do Presidente, embora também entenda que ainda há
92 muito o que se avançar. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, volta a
93 informar a respeito dos fornecedores, os quais até então são contratados pela Prefeitura de Sorocaba, e que em havendo o
94 término da requisição da Santa Casa, estes fornecedores não poderiam mais abastecer a Santa Casa em nome da
95 municipalidade, sendo estas as tratativas informadas. Sra. Iara Bernardi questiona se haverá a continuidade destes contratos.
96 O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, informa que, ao passo que os
97 contratos com a municipalidade forem encerrando, a Irmandade a contrata sob o seu CNPJ. Conselheiro Dr. Ismael diz que,
98 infelizmente, o atual governo vem chegando ao seu término exatamente da forma como começou, ou seja, sem maiores
99 planejamentos. Reitera que, tal como já disse em outras oportunidades, o Conselho se exime de responsabilidade pelos atos
100 praticados sem a ciência do Conselho. Questiona se foi ajustado algo com o novo governo eleito futuro. Sr. Francisco
101 Carvalho, munícipe presente a reunião, fala que os governos são de continuidade, e que os que se sucedem devem honrar os
102 compromissos assumidos pelos anteriores. Conselheiro Ismael diz que, ainda assim, o conselho deverá ser informado de
103 como se dará a nova contratualização, até para que haja acompanhamento e fiscalização do órgão. Questiona como serão
104 contratados os médicos da Santa Casa durante este novo período, e que não há informações a respeito. Questiona, ainda, a
105 respeito dos pagamentos atrasados dos médicos. Fala, ainda, que a população também não foi devidamente informada, pois
106 se nem o Conselho tem plena ciência, a população certamente não possui. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário
107 Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, relembra que na reunião do dia 14 de Dezembro, ainda não havia ocorrido uma
108 reunião de transição setorial da Saúde, mas que esta ocorreu na data de ontem. Frisa que, evidentemente, um dos primeiros,
109 senão o primeiro assunto tratado, foi exatamente a questão da Santa Casa, motivo pelo qual o novo governo está ciente das
110 ações que vem sendo adotadas. Dr. Pimentel diz que, no atual momento, não há débitos com médicos, embora tenham
111 ocorridos atrasos de alguns dias nos últimos dois ou três meses, mas sempre honrado o pagamento dentro do mesmo mês de
112 competência. Conselheiro Milton Sanches insiste na questão da comissão de acompanhamento da transição, e diz que se
113 sente desrespeitado como conselheiro. Volta a falar que, recentemente, a Santa Casa ficou sem lençol e enxoval. Dr. Pimentel
114 volta a informar que, tal como já explicou, tal situação foi pontual, e já está solucionado. Conselheiro Milton Sanches diz que
115 não tem expectativa de que a Irmandade Santa Casa sobreviva financeiramente disponibilizando os 180 leitos para o SUS,
116 sem possuir a parte privada para o equilíbrio das contas. Relata que houve notícias de que haveriam demissões pela
117 Irmandade, e questiona se este fato é real, ou se tratam-se de boatos. Dr. Pimentel disse que, até o momento, não existe
118 qualquer pauta ou discussão a respeito de demissões, sendo inclusive necessária a contratação de cerca de 67 funcionários,
119 motivo pelo qual não se concretiza a informação de demissões. Conselheiro Milton Sanches diz que a palavra da Prefeitura
120 em pactuação realizada no Tribunal Regional do Trabalho quanto ao pagamento dos funcionários da APGP foi cumprida,

121 tendo sido pago na data de hoje, conforme prometido. Agradece a Prefeitura pelo cumprimento da palavra. Conselheiro
122 Eduardo Golob tece explicações técnicas a respeito da Lei Municipal, do Vereador Marinho Marte, que obrigava as matérias
123 do poder executivo, a serem mandadas antes para o Conselho, tendo a mesma sido julgada pelo TJS como inconstitucional.
124 Conselheiro Milton Sanches diz entender a questão legal, embora também entenda que, mesmo sendo legal, é no mínimo
125 imoral. Conselheiro Luiz Fernando Seidl diz não estar de acordo com o término da requisição da Santa Casa e devolução à
126 Irmandade, uma vez que foi apenas realizada apresentação superficial ao Conselho, e não uma ampla discussão com o órgão.
127 Questiona a respeito da viabilidade da manutenção da Santa Casa apenas com a contratualização do SUS, e se a Irmandade
128 irá comercializar planos da Santa Saúde. Dr. Pimentel diz que a Santa Casa possui a estrutura para ampliação de leitos, mas
129 que a municipalidade não possui recursos financeiros para arcar com estes custos, motivo pelo qual é possível contratualizar
130 com o município os atuais 180 leitos, e ainda comercializar leitos para a rede privada. Esclarece que não está nos planos da
131 atual diretoria da Santa Casa atender ao convênio Santa Saúde, a menos que os pagamentos sejam antecipados. Tendo sido
132 então apreciado primeiramente o sexto item da pauta, por inversão da mesma, retoma-se o andamento regular da reunião.
133 Assim, passa-se então a apreciação do primeiro item da pauta: Informes e assuntos gerais. Conselheiro Luiz Seidl informa a
134 todos que, em virtude de diversas outras atribuições, está solicitando seu afastamento da CIST e do Conselho Municipal de
135 Saúde. Diz que, contudo, não se afastará do acompanhamento das políticas públicas. Agradece a todos os conselheiros,
136 esperando ser bem recebido quando comparecer nas próximas reuniões. Conselheiro Alexandre diz que, em razão da saída do
137 Conselheiro Luiz Seidl, o Conselheiro Milton Sanches assume a presidência da CIST. Sr. Francisco Carvalho, munícipe presente
138 a reunião, informa que foi aberto o PA 34.243/16, de 21 de Dezembro, a qual abre ação popular contra o atual Prefeito de
139 Sorocaba, Dr. Antonio Carlos Pannunzio. Diz que solicita que o Prefeito se abstenha de revogar o Decreto 20.952 de requisição
140 da Santa Casa, bem como de todo e qualquer ato legal proveniente do ato. Diz que a situação de emergência não pode ser
141 encerrada, e nem fornecedor inidôneo pode ser contratualizado, incorrendo em crime se tais fatos ocorrerem. Fala a respeito
142 do PA nº 34324/2016, onde estão os fundamentos que organizam todo o sistema. Conselheiro Zanzarini fala a respeito da
143 correção que efetuou na ata, para que constasse o seu pedido de esclarecimento da devolução dos R\$ 9.000.000,00 à DRS-
144 XVI. Diz ser defensor da Central de Regulação, mas que também não deixa de ser crítico pelo fato da mesma, infelizmente,
145 não funcionar, pelo fato de não ser respeitada. Demonstra três casos concretos a respeito do mesmo paciente, os quais
146 comprovam a o desrespeito das ações da regulação, esclarecendo os detalhes do caso, onde houve recusa do recebimento do
147 paciente pelo CHS. Revela novos casos de desrespeito da regulação, envolvendo as transferências especialmente dos
148 pacientes da UPA Éden, sendo que as ambulâncias da Unidade transferem pacientes para onde bem entenderem, inobstante
149 a orientação da regulação. Questiona, no caso em tela, por qual motivo a Santa Casa recebeu o paciente, sem a devida
150 regulação da Central de Regulação. Volta a questionar a respeito dos R\$ 58.000.000,00 para custeio da Santa Casa na LOA
151 2017, sendo que o valor não é suficiente para os 180 leitos. Revela que, em entrevista veiculada por uma rádio da cidade com
152 o Prefeito, o mesmo garantiu os repasses para a Santa Casa, pelo período de 06 meses, até que as contas se equilibrem.
153 Questiona como se dará o posterior aporte financeiro. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde,
154 Aílton de Lima Ribeiro, inicia falando sobre a regulação, concordando que a Central de Regulação é inequivocamente
155 necessária, uma vez que é seu papel assegurar a prioridade a assistência aos pacientes segundo os critérios de classificação
156 de risco. Contudo, diz concordar, também, que realmente ainda existem muitas problemas na rede de urgência e emergência
157 no município, e que infelizmente Sorocaba ainda não conseguiu configurar a sua rede. Fala a respeito com problemas com o
158 CHS, considerando o mesmo como crônico. Informa que a futura secretária anunciada, Dra. Janayne, certamente é
159 conhecedora destes fatos, já que a mesma é a coordenadora da urgência e emergência do CHS. Diz que já existem certos
160 protocolos pactuados para certos casos de urgência, tais como trauma, não podendo o Hospital se recusar a atender, por

161 qualquer motivo que seja. Fala a respeito do caso concreto narrado pelo Conselheiro Zanzarini, falando que a recusa do CHS é
162 um ato equivocado, ainda mais em sendo o paciente devolvido para a UPA. Fala que, se o SAMU transferiu de volta o paciente
163 do CHS para a UPA, também realizou uma conduta equivocada. Diz que vai sugerir a abertura de procedimento administrativo
164 disciplinar a respeito, para apurar o fato, e se tornar referência para ações que coibam tais equívocos. Em relação ao repasse
165 dos R\$ 9.000.000,00 ao DRS-XVI, esclarece que é o Estado o responsável pela oferta de cardiologia e ortopedia, e que o
166 recurso até então era composto no teto financeiro de Média e Alta Complexidade do município, em virtude da existência da
167 contratualização do município com o Hospital Santa Lucinda, para oferta destes serviços a todos os municípios da região.
168 Informa que, com o término do contrato do município com o Hospital Santa Lucinda, pelos fatos, motivos e razões já
169 discutidas e explicadas anteriormente ao Conselho, cessou-se a oferta dos serviços de cardiologia e ortopedia ao qual o
170 município fazia jus em receber em seu teto financeiro de Média e Alta Complexidade, o Estado tem a obrigação de buscar
171 prestador para estas especialidades, para a oferta destes serviços a todos os municípios da região, incorporando o valor de R\$
172 9.000.000,00 ao município que puder ofertar os serviços. Fala a respeito do orçamento da CGE, que era para 2017 de R\$
173 58.000.000,00, informando que se a requisição for encerrada, o orçamento da CGE se incorpora ao orçamento da Secretaria
174 da Saúde, tornando-se um único orçamento global. Fala que para todos os contratos prorrogados para o ano de 2017, foi
175 tomado a cautela de se prorrogar por período inferior a 12 meses, para que houvesse a possibilidade da nova gestão analisar
176 o contrato e decidir, com sua liberdade, com qual contrato ele quer permanecer, ou qual ele quer encerrar, dadas as
177 dificuldades financeiras. Diz que a Santa Casa, até por conta da complexidade da contratualização, decidiu-se que seria
178 realizada contratualização por 06 meses, para que a nova gestão tenha a oportunidade de rever ou modificar o que entender
179 pertinente. Informa que, para 06 meses, os R\$ 58.000.000,00 são suficientes para o custeio. Conselheiro Zanzarini questiona a
180 respeito do recebimento de incentivos para a Santa Casa. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de
181 Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, diz que sob este aspecto, a curto prazo não haverá nenhuma mudança, já que os serviços
182 habilitados e pactuados permanecerão os mesmos. Conselheiro Dr. José William relembra que o Hospital Santa Lucinda
183 realizava sua produção além do pactuado, visando concretizar uma média histórica favorável. Questiona se o município não
184 poderia ter pleiteado o aumento do teto, com base na produção realizava. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário
185 Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, diz que antes o Ministério da Saúde utilizava como critérios a série histórica e o
186 número de habitantes, mas que atualmente não utiliza mais estes critérios. Diz que, anteriormente, existia a Portaria
187 Ministerial 1001, que regulamentava a questão, porém, a mesma foi revogada. Revela que, em substituição, foi publicada
188 nova Portaria mais complexa, que dificulta uma análise mais simplificada, sendo necessário que este cálculo seja realizado
189 com maior estudo. Conselheiro Dr. José William questiona se, antes de se formalizar a nova contratualização com o Hospital
190 Santa Lucinda, seria possível realizar estudo com possibilidade de se aperfeiçoar os serviços da entidade. O Sr. Presidente do
191 Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, diz que como o Hospital Santa Lucinda atende
192 toda a região, uma nova pactuação deve ser tratada junto aos demais municípios, em discussão na CIR, que se aprovada, é
193 remetido para a comissão bipartite e, se aprovado, vai pra tripartite no Ministério da Saúde e que, se aprovado, entra em uma
194 fila de disponibilidade para o atendimento. Conselheiro Dr. José William questiona acerca da contratualização da Santa Casa,
195 falando da dificuldade de se auditar os serviços, bem como a quantidade de medicamentos dispensados no atendimento SUS,
196 e demais em geral. Questiona qual é o controle que haverá por parte da municipalidade, para se fiscalizar se os recursos do
197 SUS estarão sendo utilizados para atendimento SUS. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde,
198 Aílton de Lima Ribeiro, fala que deve ser controlada, primeiramente, a porta de entrada, separando o que é SUS e o que é
199 convênio. Fala que tal ação deve ser realizada sistematicamente por uma auditoria interna da Secretaria, in loco, para que
200 haja efetiva fiscalização. Conselheiro Dr. José William sugere que seja mantido um auditor dentro do Hospital, para efetivo e

201 diário controle, ou até mesmo uma controladoria. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde,
202 Aílton de Lima Ribeiro, diz que isto pode ser trabalhado com mais afinco nos indicadores, no momento da pactuação, e que as
203 médias de permanência demonstram eventuais irregularidades, e que conjuntamente com outras medidas, resguardam o
204 gestor quanto a fiscalização. Sra. Maria de Jesus relembra que, desde Agosto, solicitou que fosse pautada apresentação a
205 respeito do Programa Mais Médicos. Questiona qual o motivo do assunto ainda não ter sido pautado. Questiona, ainda, a
206 respeito da mudança da UBS Lopes de Oliveira para a UBS Jd. Rodrigo, e que quando anteriormente questionado, houve o
207 compromisso da apresentação do laudo da CETESB, quanto a possibilidade da ocupação do local, haja vista que o terreno é
208 sabidamente contaminado. Fala a respeito da Central de Regulação, dizendo que a mesma não possui confiabilidade, face os
209 diversos casos observados, tal como narrado pelo Conselheiro Zanzarini, caso este que refere-se ao seu cunhado, que veio a
210 falecer. Versa que, se a provável futura secretária for mesmo a atual diretora do CHS, que afirma que o mesmo cumpre o seu
211 papel quando é notório que deixa a desejar, há preocupação relevante com o futuro do município. Solicita mais respeito com
212 o trato a vida dos pacientes, que infelizmente estão falecendo em virtude destas irregularidades. O Sr. Presidente do Conselho
213 e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, informa que, dentro das atribuições corretas, o SAMU deve
214 ficar disponível para atendimento de demandas de urgência, e não para transportes entre unidades de saúde. Fala que,
215 quando da elaboração do edital de chamamento da UPA do Éden, foi preconizado a existência de uma ambulância própria da
216 Unidade. Fala a respeito do pedido da pauta a respeito dos médicos, dizendo ser perfeitamente possível e oportuno que este
217 assunto venha para a pauta. Em relação a UBS Lopes de Oliveira e UBS Jd. Rodrigo, explica que todo o processo é realizado
218 pela Secretaria de Meio Ambiente, que contratou uma empresa conceituada, sendo a mesma que tratou a questão da USP da
219 Zona Leste de São Paulo, próxima a Rodovia Ayrton Senna. Fala da existência permanente de equipamento que monitora todo
220 este processo, tendo acesso a todos os relatórios online, e que pode disponibilizar aos conselheiros. Fala que, conforme
221 últimos relatórios, não existe mais impedimento para utilização da unidade. Versa que estes relatórios devem ser
222 encaminhados a CETESB, que uma vez estando na posse destes, poderá emitir o laudo com sua autorização. Sra. Maria de
223 Jesus solicita que, até que haja a emissão do laudo, a mesma não seja inaugurada. O Sr. Presidente do Conselho e também
224 Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, relembra que já existe recurso federal para reforma da UBS Lopes de
225 Oliveira, e que existem prazos a serem observados, para que não haja perda dos recursos. Sra. Maria de Jesus volta a afirmar
226 que, sem o laudo da CETESB, a inauguração da Unidade será uma irresponsabilidade. Conselheiro José Murayama versa que,
227 independente das alternâncias de governos, os problemas ainda persistem. Fala a respeito da situação da Santa Casa, onde já
228 relatado que houve inclusive a falta de lençol. Fala a respeito de diversos casos problemáticos em toda a rede de saúde,
229 reconhecendo que o atual Secretário da Saúde certamente tentou realizar o melhor trabalho possível. Solicita que haja o
230 retorno do sistema antigo de comissões de acompanhamento do Conselho, que traziam mais efetividade. Diz ter esperança
231 que o Conselho tenha mais estrutura no futuro para poder desempenhar suas funções. Conselheiro Alexandre informa que,
232 na data de hoje, esteve na Secretaria da Saúde, tratando das informações a respeito dos Recursos Humanos da pasta, tal
233 como já deliberado em mandado de segurança. Fala que houve a transformação da demanda em Processo Administrativo, e
234 que a Secretaria disponibilizou toda a informação, havendo compromisso de fornecimento dos dados restantes, que
235 demandavam mais tempo, até o dia 27 de Dezembro de 2016. Conselheiro Dr. José William solicita que seja disponibilizado
236 para o Conselho toda a documentação a respeito da situação da UBS Jd. Rodrigo, especialmente o laudo da CETESB. Colocada
237 a proposta em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Passa-se então a apreciação do segundo item da pauta:
238 Aprovação da ata da última reunião ordinária, realizada no dia 23 de Novembro de 2016, bem como da última reunião
239 extraordinária, realizada no dia 14 de Dezembro de 2016, ambas já devidamente encaminhadas anteriormente aos Srs.
240 Conselheiros. Não existindo nenhum óbice, ambas as atas foram aprovadas por unanimidade. Passa-se então a apreciação do

241 terceiro item da pauta: Formação de grupo de estudos para início das providências pertinentes ao processo de eleição de
242 novos Conselheiros para composição da gestão 2017/2021 do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba. Conjuntamente,
243 analisasse também o quarto item da pauta: Formação de grupo de estudos para eventual futuro aperfeiçoamento posterior
244 ao novo Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Alexandro fala a respeito da última reunião da
245 comissão executiva, onde surgiu a proposta de formação dos grupos de estudo sugeridos em ambos os itens da pauta. Fala
246 que, como o novo Regimento está prestes a ser aprovado, que se forme os grupos de estudos para ambas as questões, os
247 quais darão o andamento, tanto para a questão eleitoral do Conselho, quanto para análise do novo regimento. Diz que, como
248 no momento a presença dos conselheiros é baixa, sugere montar o grupo com os interessados, e deixar aberto a inclusão de
249 novos membros que possam se interessar. Conselheiro Zanzarini relembra que, há quatro anos atrás, o atual Secretário
250 Executivo do Conselho, Eduardo Golob, conduziu com maestria o processo de eleição do Conselho, não havendo qualquer
251 óbice ou suspeita quanto as eleições realizadas. Sugere que o mesmo, como secretário executivo, encabece as tratativas
252 legais pertinentes, solicitando o auxílio de conselheiros que julgar necessário. Conselheiro Dr. José William e Conselheiro Luiz
253 Fernando Seidl diz que seria mais prudente aguardar a formalização do novo Regimento, e só posteriormente, formar um
254 grupo para estudar eventual futura alteração. Sugere que o assunto volte a ser discutido em Janeiro de 2017, quando
255 possivelmente o novo regimento já possa estar vigente. Conselheiro Alexandro diz que, em paralelo, até que haja a
256 publicação do novo regimento, já poderia ocorrer a discussão do novo regimento. Sugere que os Conselheiros José William e
257 Zanzarini capitaneiem, conjuntamente com o Conselheiro Alexandro, este grupo de estudos. Passa-se então a apreciação do
258 quinto item da pauta: Deliberações gerais acerca das providências necessárias para viabilização das tratativas inerentes a
259 realização da 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde, bem como da 2ª Conferência Municipal de Saúde da Mulher.
260 Conselheiro Luiz Fernando Seidl diz que há a necessidade de se criar uma comissão do Conselho, para estudo destes
261 regimentos das conferências, e capitanear as providências para a realização da conferência municipal. Informa que, por
262 determinação do Conselho Nacional, os membros da CIST obrigatoriamente devem participar e organizar as conferências.
263 Sugere que, na próxima reunião, eleja-se o novo coordenador da CIST, e que este tome as providências posteriores. E, às
264 22h50min, como nada mais foi acrescentado à reunião, eu, Conselheiro Eduardo Golob que secretariei a presente reunião, Sr.
265 Aílton Ribeiro que a presidiu, e membros da Comissão Executiva que integraram a Mesa Diretora dos trabalhos, com
266 mediação da Conselheira Márcia Niterói, demos a presente reunião por encerrada.